



História Unicap  
ISSN 2359-2370

# Acervos étnicos: preservando a história da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul

*Ethnic collections: preserving the history of German  
and Italian immigration in Rio Grande do Sul*

**Patrícia Weiduschadt\***  
prweidus@gmail.com

**Renata Brião de Castro\*\***  
renatab.castro@gmail.com

**Vanessa Barrozo Teixeira\*\*\***  
vteixeira2010@gmail.com

## Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir a preservação de documentos relacionados à imigração italiana e alemã. Assim, abordam-se duas instituições de salvaguarda de acervos arquivísticos. Para isso, utiliza-se a teoria sobre arquivos, acervos e espaços de memória. Considera-se que a preservação de documentos, nesses espaços contribui para compreender aspectos histórico-culturais dos grupos étnicos. Os acervos pesquisados são o Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ambos situados na capital do estado, Porto Alegre. No primeiro, foram pesquisadas revistas e materiais editados pela própria instituição. O foco recaiu em aspectos da escolarização orientada pela igreja luterana. No segundo arquivo, foram consultados documentos referentes à imigração italiana, sobretudo no município de Pelotas (RS). Esses documentos auxiliam a compreender a imigração italiana no Rio Grande do Sul e fornecem um contexto importante para pensar as instituições educativas organizadas e mantidas pelo grupo étnico dos italianos.

## Palavras-chave:

Imigração alemã; imigração italiana; instituições de memória.

## Abstract:

*This article aims to discuss the preservation of documents related to Italian and German immigration. Thus, two institutions that safeguard archival collections are discussed. For this, the theory on archives, collections and spaces of memory is used. It is thought that the preservation of documents in these spaces contributes to understanding cultural and historical aspects of ethnic groups. The catalogues investigated are the Evangelical Church of the Lutheran Confession in Brazil (IELB) Historical Institute and the Historical Archive of Rio Grande do Sul, both located in the capital of the state, Porto Alegre. At the first one, magazines and the institution's own material have been analysed. The emphasis was upon schooling aspects guided by the Lutheran Church. At the second institution, documents referring to Italian immigration, especially in the city of Pelotas (RS), have been accessed. Such documents are helpful in order to comprehend the Italian immigration that took place in the state of Rio Grande do Sul, as well as provide an important context to reflect upon the educational institution organised and sustained by the Italian ethnic group.*

## Keywords:

*German immigration; Italian immigration; memorial institutions.*

\*Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora da Universidade Federal de Pelotas, e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação (UFPeL).

\*\*Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPeL).

\*\*\*Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Professora do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar duas instituições de memória, a saber, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). A partir dos documentos pesquisados nesses espaços, serão problematizados alguns aspectos da história dos imigrantes italianos e alemães no Estado do Rio Grande do Sul.

Outrossim, o presente artigo pretende discutir a importância da preservação dos documentos relacionados à imigração para as pesquisas em História da Educação<sup>1</sup>. Nesse ponto, realiza-se uma discussão sobre o uso equivocado no que se refere aos acervos arquivísticos.

Os documentos salvaguardados permitem um estudo da vinda dos imigrantes para o RS, hábitos culturais, língua, religiosidade, assim como a inserção na sociedade brasileira. Ademais, consideram-se esses documentos como um patrimônio documental, a partir do qual se podem desenvolver pesquisas de cunho acadêmico. Da mesma maneira, os documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul auxiliam os descendentes que buscam a dupla nacionalidade, seja na Itália ou na Alemanha. Neste momento, este estudo apoia-se em Bellotto (2006) para pensar sobre as idades dos arquivos, pois esses ainda servem para outras funções, além da histórica.

Para desenvolver os objetivos, estrutura-se o texto da seguinte forma: primeiramente, abordam-se alguns conceitos e definições importantes para a temática do texto, a saber, a discussão teórica sobre acervos arquivísticos. Na sequência do artigo, escreve-se sobre esses locais como espaços de memória. Por fim, passa-se a dissertar sobre os acervos pesquisados, sendo, neste momento, especificada a abordagem central deste estudo, qual seja, a relação dos referidos lugares de memória (NORA, 1993) com as imigrações italiana e alemã no Estado do Rio Grande do Sul.

## Memória e arquivo: espaços que preservam a história dos imigrantes no sul do Brasil

A preservação dos documentos em acervos arquivísticos propicia pesquisas e potencializam estudos sobre os grupos étnicos, neste caso, os imigrantes italianos e alemães. Assim, inicia-se esclarecendo o entendimento do que é um arquivo. A Lei de Arquivos nº 8.159 determina que:

Consideram-se arquivos para os efeitos dessa lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Ao observar essa definição legal, percebe-se que ela é bastante ampla. São considerados arquivos os conjuntos de documentos, ou seja, não necessariamente precisa ser um arquivo institucionalizado, como, por exemplo, os arquivos escolares.

Nesse caso, não se trata de uma instituição arquivística, mas sim de uma instituição escolar que possui um acervo arquivístico nas suas dependências, o qual, por vezes, é também denominado acervo escolar.

Os documentos de arquivos são resultantes de funções administrativas e funcionais de diferentes órgãos e/ou pessoas. Os materiais chegam até os arquivos de forma natural, não formam coleções e, sim, fundos (BELLOTTO, 2000).

<sup>1</sup> Os exemplos aqui utilizados, majoritariamente, são vinculados à História da Educação, por ser o campo de estudo das autoras.

Com essa conceituação, entra em cena um elemento significativo: a noção de que os arquivos não são instituições colecionadoras. Eles (os arquivos) não recolhem os documentos de acordo com uma missão, como, por exemplo, os museus e os centros de documentação, mas acumulam documentos provenientes de uma fonte geradora (TESSITORE, 2003). No caso dos arquivos públicos, os documentos possuem uma finalidade administrativa, jurídica ou social e a referência é feita por conjuntos de documentos e não objeto por objeto, como é o caso dos museus e das bibliotecas (TESSITORE, 2003). Mesmo não sendo o objetivo deste texto, é válido mencionar que cada uma dessas instituições de memória tem uma maneira própria de catalogar o seu acervo<sup>2</sup>.

Ainda nesta discussão, Bellotto (2006) elenca as funções de um arquivo:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (BELLOTTO, 2006, p. 227).

Nesse trecho, a autora refere-se, especificamente, aos arquivos de natureza pública, os quais possuem uma “obrigação” com a sociedade na qual estão inseridos. Outro tópico importante na reflexão de Bellotto diz respeito ao que a autora chama de “atividade secundária dos arquivos”. É crescente, nos últimos anos, o número de estudos que aborda o arquivo também como uma instituição educativa não formal. Assim, os arquivos estariam ampliando suas atividades para além de sua função primeira: preservar e difundir a informação, por meio da custódia dos documentos. Neste ínterim, pode-se pensar em diversas formas de considerar os arquivos como uma instituição, também educativa, na medida em que os documentos salvaguardados fornecem inúmeras potencialidades. Neste caso, por exemplo, observa-se que os materiais salvaguardados nos referidos espaços permitem que sejam explorados alguns aspectos das imigrações italiana e alemã no RS.

Na continuidade, a fim de compreender a relevância e o papel dos arquivos, segue a definição do que seja este espaço de preservação documental. Há três idades dos arquivos, as quais se nomeiam teoria da idade dos arquivos (BELLOTTO, 2006). Para a autora, as idades dos arquivos são: corrente, intermediário e permanente/histórico. Os documentos de arquivo são criados para uma função específica, seja ela administrativa ou jurídica. Esta seria a primeira idade dos arquivos. Após alguns anos, esses documentos podem vir, ou não, a se configurarem como arquivos permanentes/históricos (BELLOTTO, 2006). O arquivo constitui-se de documentos que fazem parte da sociedade, resultam da atividade humana e podem ser definidos como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada. Possuem natureza orgânica em sua acumulação e são conservados para fins de prova e informação (PAES, 2004).

<sup>2</sup> Para aprofundar essa questão, assim como a diferenciação entre alguns tipos de instituições de memória, ver: Bellotto (2006), Tessitore (2003), Paes (2004), Castro (2014).

O arquivo permanente/histórico é constituído depois que os documentos não são mais utilizados na sua função originária, adquirindo, assim, um caráter histórico. De acordo com essas definições, é oportuno registrar o entendimento de que as duas instituições de memória tratadas neste texto estão na terceira idade, ou seja, portam-se como arquivos históricos/permanentes.

Neste contexto, torna-se significativo dissertar que se percebe, em alguns estudos, uma imprecisão ou uma fragilidade teórica e conceitual no momento de abordar tais espaços. Para fins de maior esclarecimento, exemplifica-se. É recorrente, no campo da História da Educação, o uso de trabalhos acadêmicos que abordam os arquivos ou acervos escolares. Nesses estudos, há, por vezes, uma inconsistência teórica e uma ambiguidade no que se refere aos espaços de memória. Decerto que há, no mínimo, dois modos de abordar os acervos, e um não invalida o outro, tampouco tem uma importância maior; salienta-se que não há juízo de valor nas considerações tecidas a partir deste momento. Uma das maneiras de tratar os acervos presentes nas instituições escolares é descritiva; dessa forma, arrolam-se os documentos que serão utilizados na pesquisa e, em alguns casos, fala-se, de forma sucinta, sobre o estado de conservação dos materiais e como é o acesso para os interessados em pesquisar. Acrescido de outros elementos, ou não, a discussão centra-se, sobretudo, na apresentação dos materiais. Não há nenhum inconveniente nisso, e tem relevância esta forma de estudo, desde que não se preanuncie uma análise sobre arquivos ou acervos escolares. Uma vez que a conceituação teórica e as definições não fazem parte da discussão, o estudo não é analítico e, sim, descritivo; isto é útil não só para esta reflexão, mas para qualquer outra: sem o entendimento teórico aliado à empiria não há análise.

Esta seria a outra maneira de abordar os acervos escolares que podem ser de cunho arquivístico ou não, assim como outros, a partir da conceituação. Repete-se, nesta ocasião, que não há um juízo de valor, não há problema em expor o acervo de forma descritiva, a fim de explicar os bastidores da pesquisa ou divulgar um espaço de preservação. Há uma relevante contribuição nesta escrita. O que se problematiza, neste texto, é o entendimento superficial de que, ao descrever um acervo, está-se realizando uma análise ou uma teoria sobre. Nesse sentido, concorda-se com Felgueiras (2011). A referida autora salienta que o inventário, para a investigação histórica, é um meio e não um fim. Nas palavras de Felgueiras (2011, p. 78): “[...] O inventário não pode constituir-se, de modo algum, como a finalidade da investigação histórica [...]”. Para a autora, o inventário e a descrição são elementos essenciais para se conhecerem os documentos, mas representam uma fase inicial da pesquisa histórica.

Felgueiras (2011), com muita propriedade, observa que é uma necessidade do historiador, ou pesquisador, organizar os materiais que encontra e planejar a sua preservação. Em muitos casos, este é o trabalho primeiro dos historiadores: inventariar o que será utilizado *a posteriori* como fonte de pesquisa.

Entretanto, a investigação/pesquisa histórica, não é somente a sistematização, inventário e descrição dos documentos preservados. Esta é a confusão referida anteriormente, a saber, o entendimento equivocado de que descrição de acervos é a análise.

## Acervos arquivísticos como lugares de memória

Pensar e escrever sobre acervos arquivísticos remete, em alguns casos, aos estudos sobre a memória salvaguardada junto com os documentos. Entretanto, a associação entre memória e arquivo não é direta.

Para isso, busca-se suporte em Aldabalde e Grigoletto (2016). Os autores trazem um panorama histórico dos termos, bem como a conexão entre eles. Confor me os autores: “A precisão no uso dos termos *arquivo* e *memória*

depende do contexto em que é estabelecido o seu tratamento e entendimento. No entanto, sempre há distinção entre os conceitos” (ALDABALDE, 2016, p. 10, grifo dos autores). Dessa forma, compreende-se que os arquivos podem ser suportes de memória, mas é necessária a ressignificação deles. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (1998), a memória depende de suportes, mas não se deve confundi-la com esses suportes. Para Pierre Nora (1983), a memória necessita de suportes porque ela não é espontânea.

Na continuidade das considerações de Pierre Nora sobre a constituição de determinados espaços como lugares de memória, cabe destacar que “os lugares de memória são antes de tudo restos” (NORA, 1993, p.12), e por isso, é necessário problematizar a função social dessas instituições. Sob certos aspectos, esses espaços constituem-se lugares de memória (NORA, 1993) por exercerem a função de guardiões de determinados documentos, tomados pelos pesquisadores como fontes para a pesquisa histórica. Para Nora (1993, p.16), os lugares de memória são: “toda a unidade significativa de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer”. Logo, os espaços abordados neste artigo inserem-se nesta categoria.

Neste mesmo íterim, escreve Candau (2014) sobre as extensões da memória. Para ele, o ser humano não se satisfaz com a capacidade de seu cérebro e recorre às extensões da memória. Ainda nesta discussão, Candau trata sobre a escolha do que guardar. Afinal, não se trata de um ato neutro, pelo contrário, são escolhas feitas por determinado (s) sujeito (s) histórico (s) e que, por tais razões, sempre precisarão ser questionados por quem os observa, analisa e interpreta em outras circunstâncias. É nessa perspectiva que Zita Possamai escreve que: “as operações relacionadas ao patrimônio implicam, antes de qualquer coisa, uma seleção dos elementos culturais que serão alvo das práticas de preservação” (POSSAMAI, 2000, p. 17). Dessa forma, corrobora-se a reflexão de Possamai sobre a seleção de elementos culturais, visto que, na salvaguarda, está inerente o processo de seleção por parte de instituições e/ou pessoas. Bloch (1941) esclarece que: [...] os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. **A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas [...]** (BLOCH, 1941, p. 29-30 *in* Le Goff, 1990, p. 544, grifo nosso).

Este mesmo pensamento é desenvolvido por Fratini (2009, p. 1). Para essa autora, há discussões constantes “sobre o que, como e para quem preservar”. Nesta ocasião, faz-se uso do conceito de semióforo, elaborado por Pomian (1984). Este trabalha com a concepção do visível e do invisível através dos objetos, da cultura material e suas diversas ressignificações a partir de quem os observa. Para o autor, semióforos são: “objectos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN, 1984, p. 71). Os documentos de caráter arquivístico, que se encontram preservados nesses espaços de memória, a cada nova pesquisa, a cada novo olhar, são questionados de formas diferentes e, por isso, despertam novas interpretações, ligando assim o visível (documento) ao invisível (diferentes significados e apropriações).

É significativo ressaltar que a comunicação desses acervos por meio das pesquisas acadêmicas também integra o processo de preservação desses bens culturais<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Compreende-se que comunicar estes acervos também é uma forma de preservá-los. Nossas referências partem de duas áreas do conhecimento que trabalham com diferentes conceitos, mas que versam sobre o mesmo objetivo. No âmbito da Museologia, denomina-se de comunicação museológica as formas de extroversão do conhecimento em acervos de cunho museológico. Essas ações integram o processo de preservação desses acervos e envolvem inúmeras estratégias de comunicação como exposições, ações

Ao reproduzir esses documentos arquivísticos através das publicações de cunho científico, eles se tornam acessíveis a diferentes tipos de públicos, possibilitando novos olhares e novos questionamentos de pesquisadores que podem não vir a ter a oportunidade de realizar um contato *in loco* com essa documentação.

É importante mencionar que este texto aborda duas instituições de memória: uma de natureza pública e outra de natureza privada. Por isso, devem ser tratadas como instituições diferenciadas em alguns pontos, como, por exemplo, a seleção do que será preservado e de que forma. Um arquivo público tem a obrigação legal da salvaguarda dos documentos que lhe competem. Já o Instituto Histórico da IELB preserva os documentos por outro motivo: há uma intencionalidade na salvaguarda desta memória.

Com essas reflexões passa-se a abordar os materiais pesquisados. Esses fornecem indícios (GINZBURG, 1990) para problematizar estudos acerca destes grupos étnicos. Essas investigações tornam-se relevantes devido ao fluxo de imigrantes neste Estado.

### **Acervos pesquisados: temáticas acerca da imigração italiana e da alemã**

Neste espaço, o artigo detém-se a escrever sobre os acervos pesquisados, os quais fornecem subsídios importantes para realizar estudos acerca da história da educação dos grupos de imigrantes, neste caso, os italianos e alemães.

No Rio Grande do Sul, entre os anos de 1824 e 1830, foram introduzidos, aproximadamente, 5.350 imigrantes vindos da Alemanha. Eles se estabeleceram primeiramente no Vale do Rio dos Sinos, atual município de São Leopoldo e, posteriormente, dirigiram-se para outros locais (MANFROI, 1975). Conforme Anjos (2000), em 1830, a Colônia de São Leopoldo contava com uma população de 4.856 habitantes, tornando, assim, um polo irradiador da colonização alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No que se refere aos imigrantes alemães na metade sul do Rio Grande do Sul, eles se fixaram, primeiramente em São Lourenço do Sul, no ano de 1858 e, posteriormente, dirigiram-se para as outras localidades da Serra dos Tapes (SALAMONI, 1995).

Quanto aos italianos, o aumento do número desses imigrantes se deu a partir de 1875 (MANFROI, 1975). Esse ano é considerado o marco da colonização italiana no RS, data considerada nas comemorações oficiais, como, por exemplo, o Centenário da Imigração Italiana no Estado, festejado em 1975. No Rio Grande do Sul, os imigrantes, entre outros destinos, foram colonizar regiões mais afastadas do meio urbano e menos povoadas, dedicando-se à produção em pequena escala, nos núcleos coloniais.

Franco Cenni (2011) registra os estados nos quais os italianos fixaram-se: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso e alguns estados do norte do país. Cenni (2011) ressalta a diferença entre a imigração e a colonização. A primeira tinha como objetivo a ida de um grupo para determinado local, enquanto a segunda (colonização) refere-se aos imigrantes que foram colonizar um lote de terra, normalmente em regiões com baixa ou nenhuma densidade populacional. Franco Cenni (2011) observa que a Itália transferiu para o Brasil, em menos de vinte anos, mais de um milhão de pessoas. Para Kreutz (2010), entre os anos de 1819 a 1947, o Brasil recebeu

---

educativo-culturais que podem desenvolver palestras, oficinas, artigos e eventos científicos, material didático, catálogos, entre outras (CURY, 2005). No que tange à Arquivologia, estas ações estão vinculadas ao trabalho de difusão em arquivos, o qual busca dialogar com os usuários e agregar novos públicos (ROCKEMBACH, 2015).

aproximadamente 4.900.000 imigrantes de diversas etnias. Para Manfroi (1975), em 1875, a metade ou mais da imigração europeia vinha da Itália.

O grande fluxo de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul foi na região serrana do Estado, mas houve também, em menor escala, em outras regiões, como, por exemplo, em Pelotas. No relatório de Enrico Acton, ele escreve que a comunidade italiana em Pelotas contava com mais de mil pessoas em 1889 (ACTON, 1889).

Castro (2017) ressalta, em sua dissertação de mestrado, a diferença da imigração italiana na região nordeste do RS e na região sul, onde estão os municípios de Pelotas e Rio Grande. A diferença maior reside no fato de que, quando os imigrantes italianos chegaram a Pelotas, ela já era um município constituído. Diversamente do que ocorreu na Serra Gaúcha, onde os italianos instalaram-se para colonizar aquela região, os municípios e núcleos urbanos surgiram a partir da colonização (CASTRO, 2017). Para uma melhor compreensão de como se deu a imigração em Pelotas, é necessário compreender, não de forma exaustiva, a formação do município.

Pomatti (2011) aborda que, quando os imigrantes chegaram a Pelotas, ela era, ao mesmo tempo, uma cidade com ares de cosmopolita e modernidade, mas, também, tinha problemas estruturais, como, por exemplo, de saneamento, higiene pública. Foi nesse contexto que o município recebeu os imigrantes. Para Peixoto (2003), a chegada de imigrantes italianos é anterior à política de colonização e imigração impulsionada pelo governo. Bontempo (2007) destaca que os imigrantes que chegaram ao município dirigiram-se para as colônias no interior de Pelotas ou ficaram na cidade e buscaram ocupação no comércio, sem ter o auxílio prometido.

Devido ao fluxo de imigração no RS, torna-se importante a preservação de documentos em diferentes espaços de salvaguarda, pois as culturas, italiana e alemã estão imbricadas na sociedade gaúcha. Assim, o Instituto Histórico (IH) da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ao salvaguardarem os documentos referentes a esses grupos étnicos, preservam, também, a memória deles.

O Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil é constituído por um acervo de publicações da instituição religiosa: dados estatísticos, livros didáticos, objetos, entre outros. O principal meio de divulgação é através do *site*<sup>4</sup>. Nele são arrolados como principais materiais do Instituto: atas, manuscritos, biografias, livros, periódicos, mídias em geral, objetos, máquinas, equipamentos. O IH está vinculado à Igreja Evangélica Luterana do Brasil, a qual foi fundada em 1904 em São Pedro do Sul (RS).

A primeira congregação, no entanto, teve seu início em 1º de julho de 1900, no interior de Pelotas (RS), sendo organizada por um missionário originário dos Estados Unidos. O Sínodo de Missouri (Missouri Synod) constituiu-se por imigrantes alemães no século XIX, saídos da Alemanha em direção aos Estados Unidos, opondo-se ao movimento racionalista.

Nos EUA, fundaram igrejas, seminários, escolas paroquiais. Houve intensa publicação de revistas pedagógicas, religiosas, doutrinárias e almanaques. No Brasil não foi diferente, ao mesmo tempo em que se funda a primeira comunidade, foi pensado num seminário de formação de professores e pastores. Foi constituída uma editora para circular material impresso de caráter informativo, educativo, religioso e doutrinário. Esses materiais, produzidos inicialmente na língua alemã, foram paulatinamente também editados em português, intensificadas tais ações durante a nacionalização do ensino (década de 1940)<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://www.ielb.org.br/a-ielb/?id=959>>. Acesso em 08 ago. 2017

<sup>5</sup> Ver em Weiduschadt, 2007.

A primeira iniciativa em reunir material histórico da instituição foi do pastor e professor Carlos H. Warth<sup>6</sup>. Ele era o estatístico da igreja e, também, guardava vários itens que terminaram no acervo do IH; produziu o livro *Crônicas da Igreja* (1979) e, portanto, tinha extenso material organizado. Com essa organização, buscou-se reunir significativo material da documentação, de revistas, de impressos e de objetos que fizeram parte da história da referida instituição. O pastor Carlos H. Warth reunia, inicialmente, os materiais em sua residência, que, posteriormente, foram depositados em outro espaço. Em 1988, o professor Carlos Henrique Moris<sup>7</sup> é indicado pela Diretoria da Igreja e assume o Instituto Histórico, buscando organizar o acervo, com registro e traduções, e em tempo integral, o que não acontecia anteriormente. Ele já estava aposentado da docência e era responsável pela organização e atendimento ao público. Em 2007, assume a coordenação do IH o senhor Paulo Udo Kunstmann. Este é auxiliado, desde o início de 2015, por uma profissional da Museologia, *part time*, na organização geral e nas especificidades que a área de museus requer, a qual inclui os procedimentos legais de preservação e salvaguarda.

O acervo está localizado no bairro Mont' Serrat, na cidade de Porto Alegre, junto ao Centro Administrativo (CA) da IELB. Nesse espaço, há um conjunto de edificações que eram, até 1983, utilizadas como Seminário para formação de Pastores no térreo do edifício denominado Mahler, onde se localiza atualmente o acervo. Portanto, pode-se perceber que o acervo foi composto e auxiliado por pessoas que se preocupam com a salvaguarda da memória da instituição, assim como disponibilizaram documentação para pesquisas acadêmicas sobre imigração, religiosidade e História da Educação.

As revistas e publicações editadas em alemão são fontes importantes para as pesquisas. Podem-se citar como relevantes: “Der Lutheraner” (“O Luterano”- jornal informativo publicado nos EUA em meados do século XIX), “Kirchenblatt” (“Jornal da Igreja”- jornal publicado no Brasil em 1903, com relatos da realidade eclesial e escolar); publicações pedagógicas “Unsere Schule” (“Nossa Escola” -1933-1935) e “Wacht und Weide” (“Aguarda e Apascenta”-1936-1940) (revistas direcionadas aos professores das escolas paroquiais); revista infantil *Kinderblatt* (“Jornal das Crianças”-1933-1939); revista juvenil *Waltherliga* (“Liga de Walther<sup>8</sup>”-1933-1939). Após o período da proibição de materiais na língua alemã, revistas em português seguiram sendo editadas. Elas foram e são ainda usadas como valiosas fontes históricas, como, por exemplo: *Mensageiro Luterano* (jornal informativo e teológico-1917 em funcionamento até hoje); *Igreja Luterana* (1940-1953, revista pedagógica e teológica); *O Pequeno Luterano* (1939-1966, revista infantil); *O Jovem Luterano* (revista juvenil-1939-1966); *Lar Cristão* (almanaque da igreja), além de livros didáticos produzidos no período pós nacionalização do ensino. O acervo conta, também, com dados de paróquias, material pessoal de pastores e professores que podem ser fartamente pesquisados para entender aspectos históricos e educativos da imigração alemã.

Como foram mostrados, os materiais constituídos versam sobre a história da igreja, por meio das publicações de revistas, almanaques e anuários. A preocupação central é de cunho teológico, mas é possível observar que as pesquisas realizadas utilizaram o material para entender aspectos educativos e históricos acerca das escolas paroquiais e da educação luterana (WEIDUSCHADT, 2007, 2012), o processo de nacionalização do ensino (MARLOW, 2006), a

<sup>6</sup> Segundo o próprio livro *Crônicas da Igreja*, remete-se ao autor que não pôde ver a concretização do livro, pois falecera em 1976, nasceu em 1921 e foi pastor por mais de 50 anos. Por três décadas, foi estatístico da igreja, demonstrando atenção pela história da igreja (WARTH, 1979).

<sup>7</sup> Segundo *Crônicas* (1979), Moris nasceu em 1947 e foi professor no Seminário Concórdia de 1963-1988), foi tesoureiro da IELB de 1966-1974.

<sup>8</sup> Walther foi o primeiro presidente da igreja nos Estados Unidos.

constituição da disciplina de matemática (KUHN, 2015), e ainda conta com um projeto da Universidade Federal do Paraná<sup>9</sup>, entre outras atividades.

Quanto aos documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, eles contribuem para a história da imigração italiana no estado, sobretudo no município de Pelotas, *locus* dos estudos realizados pelas autoras.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) surgiu de uma subdivisão do Arquivo Público do RS. A criação de um arquivo no Estado foi proposta no ano de 1848; entretanto, foram iniciativas não efetivadas. Somente em 1905, Borges de Medeiros envia mensagem à Assembleia propondo a criação de um arquivo público. Assim, em 1906, funda-se o Arquivo Público Estadual. Nessa época, o Arquivo Histórico era a 2ª seção do Arquivo Público. Em 1954, foi criada a Divisão de Educação e Cultura do Estado e, a partir dessa organização, o AHRS transforma-se num órgão independente (CASTRO, 2005).

Até o ano de 1906, a instituição funcionou no subsolo do Museu Júlio de Castilhos (CASTRO, 2005). Atualmente, o AHRS é um órgão da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul. Após outros endereços, o AHRS está localizado no prédio do Memorial do RS no centro histórico de Porto Alegre, capital do Estado<sup>10</sup>.

Até o presente momento, pesquisou-se nos seguintes documentos no fundo da imigração: registro dos colonos; relação dos imigrantes; estatuto da associação auxiliadora de colonização; mapa estatístico da Colônia Maciel com lotes e demarcação do débito dos colonos à Nacional; folha de trabalhos; Comissão de terras e organização em Pelotas, registro das despesas realizadas<sup>11</sup>.

A partir dessas fontes, foram possíveis alguns estudos e problematizações. Por exemplo, no livro do registro dos colonos, há uma série de informações que eram preenchidas, tais como: estado (referente ao estado civil), nação, idade e religião. Inicia-se por esse último item (religião). Observou-se que os imigrantes italianos chegados ao Rio Grande do Sul eram, majoritariamente, católicos. Neste sentido, afirma Luchese (2007, p. 43) que os imigrantes italianos eram, em sua grande parte, católicos e “trouxeram da Itália uma religiosidade com práticas e valores diferenciados daqueles aqui vivenciados”. Com este tópico do documento, é possível compreender, por exemplo, a organização dos núcleos coloniais, onde se instalaram os imigrantes italianos e seus descendentes, e a relação com a religiosidade católica. Desta forma, uniam-se num esforço comunitário para construir capelas nas colônias.

Azevedo (1982) observa que a capela era um elemento de integração social entre os imigrantes italianos, assim como o padre exercia uma influência importante. Assim, esses documentos potencializam os estudos acerca da diversidade étnica presente nas regiões onde houve imigração. Como exemplo, o estudo de Castro (2017) investiga uma escola situada em uma região de colonização italiana. Em seu estudo, a autora observa que estava e estão presentes na instituição escolar os valores da etnicidade italiana, assim como da religiosidade. Dessa forma, analisar os documentos serve tanto para a pesquisa histórica quanto para compreender os valores imbricados em determinadas comunidades. Torna-se importante pensar sobre as trocas culturais e os elementos da *italianità* (italianidade) mescla-

<sup>9</sup> Como consta no site: Parte do acervo da IELB, em especial sobre a Reforma Luterana, começou a ser digitalizado para o projeto desenvolvido pela Dokumenta.br (antes conhecido como ARCHIV/BR), com vistas a resgatar a história impressa em alemão no mundo. No Brasil, o projeto é desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>10</sup> Informações sobre o acesso ao AHRS encontram-se no seguinte site: <<http://arquivlogs-ahrs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2017

<sup>11</sup> Manteve-se a grafia da época

dos na sociedade e instituições.

Outra fonte interessante para analisar é a relação de imigrantes dos anos de 1887/1888. A partir desse documento, é possível identificar os imigrantes italianos encaminhados ao município de Pelotas. Neles estão explicitados quais foram para a zona rural (Colônia Maciel) e quais tiveram como destino o meio urbano. A partir disso, é compreensível a existência de escolas étnicas italianas tanto no espaço urbano quanto no rural do município de Pelotas. Os imigrantes italianos que chegaram ao município de Pelotas, conforme Anjos (2000), além de estabelecerem-se na zona rural, também se fixaram na cidade. Para o meio urbano, vieram profissionais de variadas profissões, entre eles, dois arquitetos: José Izella e Guilherme Marcucci, os quais participaram ativamente de algumas construções da cidade de Pelotas, como os prédios em estilo neorrenascentista no centro histórico urbano (ANJOS, 2000). Houve também os que se dedicaram à atividade hoteleira, fabril e ao artesanato (POMATTI, 2011). O movimento dos italianos na cidade possibilitou a criação da primeira sociedade italiana Pelotense, a *Unione e Philantropia*. Como se demonstrou neste texto, as fontes pesquisadas sobre os imigrantes de origens alemã e italiana. Com esses documentos, é possível realizar uma série de problematizações a partir de diversos pontos de vista, inclusive da educação. A partir dos acervos referentes ao grupo dos alemães do Sínodo de Missouri, pode-se perceber investimentos na organização escolar das escolas étnicas comunitárias religiosas. Sobre os imigrantes italianos, foram pesquisados documentos que, apesar de não se referirem de forma direta à História da Educação, ajudam a compreender o contexto dos imigrantes que se instalaram no Rio Grande do Sul, e, por conseguinte, melhor analisar o processo de escolarização dos imigrantes e descendentes de italianos.

## Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar duas instituições de memória: o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, e seu potencial para pesquisas que abordem a imigração. Dentro do acervo arquivístico desses espaços, discutiram-se e problematizaram-se alguns documentos relativos à imigração italiana e alemã do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, ao município de Pelotas, no interior do Estado. Observa-se que este é um estudo localizado nesses espaços de salvaguarda e, portanto, não se pretende generalizações. Todavia, é possível elaborar algumas discussões sobre a diversidade das instituições arquivísticas no que tange aos grupos étnicos.

A partir dos documentos estudados, tornam-se exequíveis algumas análises acerca dos dois grupos étnicos: alemães e italianos. O Estado do Rio Grande do Sul recebeu, desde os anos 20 do século XIX, imigrantes europeus, os quais vieram em busca de melhores condições de vida. Esses imigrantes fixaram-se em vários estados brasileiros. No RS, pelas características do estado, a imigração teve, majoritariamente, o propósito de colonizar regiões consideradas vazios demográficos.

Assim, ao estabelecerem-se nos diferentes núcleos, criaram instituições necessárias dentro de suas concepções, como, por exemplo, igrejas, seminários, escolas, associações de mútuo socorro, sociedades, jornais e publicações. Neste momento, compreende-se a importância dos arquivos na preservação desses materiais, uma vez que muitos documentos foram produzidos sobre e pelos imigrantes. Dessa forma, os dois lugares de memória (NORA, 1993)

pesquisados fornecem fontes significativas para a pesquisa histórica. Além disso, conhecer como se deu a imigração nos núcleos coloniais auxilia na compreensão desses locais atualmente, visto que os elementos da etnicidade fazem-se presentes em algumas comunidades de imigrantes.

É importante mencionar que as pesquisas nos últimos anos buscam esclarecer as especificidades dos grupos imigrantes, pois eles não tiveram um processo único. O processo de imigração no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente, foi heterogêneo e, por isso, estudar a imigração no Estado é, também, compreender o contexto onde os imigrantes estavam inseridos, se rural ou urbano, a vinculação religiosa, entre outros aspectos.

Por esse viés, considera-se que as duas instituições tratadas neste texto, ao salvaguardarem esses documentos, também, preservam aspectos da história desses imigrantes. Como se mencionou anteriormente, os imigrantes não formaram grupos homogêneos, cada núcleo teve suas especificidades, algumas delas influenciadas pelo contexto de cada município ou colônia. Dessa forma, a partir dos documentos preservados pelos espaços de memória, é possível explorar e estudar a diversidade dos grupos étnicos. As instituições arquivísticas, neste caso, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, cumprem um papel determinante na preservação da memória desses grupos.

Os documentos pesquisados nos dois acervos são apenas uma parcela de tudo o que há nas instituições: pesquisaram-se os documentos que interessavam diretamente aos estudos das pesquisadoras. Com base nisso, o foco central da busca, em ambos os acervos, foram documentos que permitissem escrever sobre aspectos da história da educação destes grupos, alemães e italianos.

No caso dos primeiros, o acervo não tem como objetivo principal aspectos educacionais, mas tem salvaguardado inúmeros materiais e publicações em que se pode compreender aspectos da escolarização étnica religiosa dos imigrantes alemães.

No que diz respeito aos italianos, ao não encontrar documentos específicos sobre as escolas italianas ou a frequência deles em escolas públicas brasileiras, optou-se por pesquisar, neste arquivo, dados que abordassem a imigração de uma forma mais ampla. Dessa forma, pesquisaram-se documentos que contemplassem a instalação dos imigrantes no município de Pelotas, assim como informações acerca desses imigrantes, como, por exemplo, a relação dos imigrantes, onde se pode perceber a religião destes, para onde foram destinados. Em alguns momentos, percebe-se se eram alfabetizados ou não. Esses aspectos são importantes de serem levados em consideração quando serão analisados outros documentos acerca dos italianos e a escolarização formal ou informal.

## Referências:

- ACTON, Enrico. *La città di Pelotas*. Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1889.
- ALDABALDE, Taiguara Villela; GRIGOLETO, Maira Cristina. O traço da distinção: discutindo entendimentos sobre arquivos e memória. *Revista Resgate*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 7-26, 2016. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647862>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, 2000.
- BONTEMPO, Carla Gabriela Cavini. Preferem-se estrangeiros: os trabalhadores estrangeiros em Pelotas. *História em revista: núcleo de documentação histórica da UFPel*, Pelotas, n. 13, p. 179-200, 2007. Disponível em: [http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia\\_em\\_revista\\_12\\_13.html](http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_12_13.html). Acesso em: 13 ago. 2015.
- BRASIL. *Lei de Arquivos*, no 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm) acesso em 06 de abril de 2014
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. 1.ed. 1.reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTRO, Denise Zullo. A história do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. In: SPINELLI, Tenisa (org). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.
- CASTRO, Renata Brião de. *A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas (RS) (1928 – 1950): grupo local e etnia*. 2017. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.
- CASTRO, Renata Brião de. *Centro de documentação, documentos, patrimônio: ações educativas voltadas para o patrimônio documental: o caso do CEDOC - Pelotas/RS*. 2014. 73 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso em Museologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: “Andiamo in’Merica”*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 11, n. 1, p. 67-92, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/16/59>. Acesso em: 12 de jun. 2017.
- FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34, 2009, Disponível em: [coralx.ufsm.br/tede/tede\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4501](http://coralx.ufsm.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=4501) acesso em: 29 mar. 2014.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, v. 3, n. 5, p. 71- 84, 2010.
- KUHN, Malcus Cassiano. *O Ensino da Matemática nas Escolas Luteranas no Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX*. 2015. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática)- Universidade Luterana do Brasil/ULBRA, Canoas/RS, 2015.
- LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. 2007. 495f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, IEL/DAC/SEC, 1975.
- MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, IEL/DAC/SEC, 1975.
- MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana – Sínodo Missouri – nos “porões” do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e Cultura Material: documentos Pessoais no Espaço Público. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>>. Acesso em: 12 de jun. 2017.
- NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo: PUC, 1993. p. 07-28. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/ PHistoria10.pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- PEIXOTO, Luciana. *Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas*. 2003. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.
- POMATTI, Angela Beatriz. *Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura – 1890 a 1930*. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- POMATTI, Angela Beatriz. *Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura – 1890 a 1930*. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1, p. 51-86, 1984.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, nº 27, p. 13-24, 2000.
- ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. In: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95>> Acesso em 04 de setembro de 2017.
- SALAMONI, Giancarla (org.). *Os pomeranos: valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Universitária, 1995.
- TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, imprensa oficial, 2003.
- WARTH, Carlos H. *Crônicas da Igreja: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil: (1900- 1974)*. Porto Alegre: Concórdia S. A., 1979.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. *A revista O Pequeno Luterano e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

Submissão: 07/05/2018

Aceite: 03/10/2018